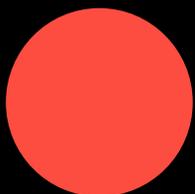




ECOA



**Balanço
Patrimonial
2023**



Sumário

01

Relatório do auditor
independente sobre as
demonstrações contábeis

03

02

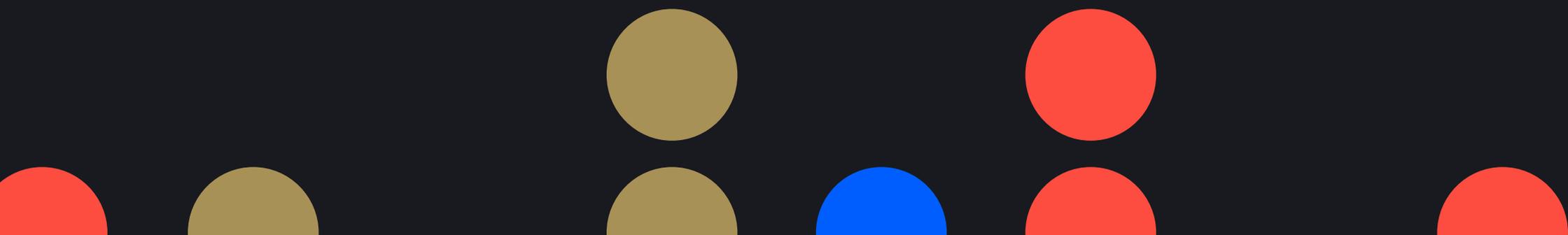
Demonstrações
contábeis

07

03

Notas explicativas
às Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2023
e de 2022

12





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ilmos. Srs.

Associados e Administradores do ECAD - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do ECAD - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ECAD - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, letra “j”, a Entidade reconhece a receita de arrecadação pelo regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento. Entretanto, as práticas contábeis adotadas no Brasil, determinam

o reconhecimento das receitas no resultado do exercício pelo regime de competência. Não foi possível, com base nos procedimentos de auditoria, quantificar os efeitos da adoção dessa prática sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase patrimônio líquido negativo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, o resultado do exercício de 2023 foi afetado principalmente pelo pagamento de acordo judicial trabalhista que foi quitado ao longo do exercício, resultando em um déficit de R\$ 49.712 mil e patrimônio líquido negativo de R\$ 22.204 mil. O capital circulante líquido também se apresenta negativo no montante de R\$ 123.522. A administração do ECAD - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO está elaborando planos de curto e médio prazo com o objetivo de reverter esta situação.

Essas demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso de medidas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, conforme relatório emitido em 06/mar./23 contendo modificação quanto ao mesmo assunto mencionado na seção Base para opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, a Entidade reconhece sua receita de arrecadação pelo regime de caixa. Concluimos que as informações contábeis constantes do Relatório da Administração apresentam a mesma distorção descrita na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2024.

Assinado de forma digital por
AUDILINK E CIA AUDITORES:
032163575000150

Dados: 2024.03.12

11:19:40 - 03'00'



AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS-003688/O-2 F-RJ

Ricardo Amado Tostes
Contador CRC/RJ 062701/O-9



Demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 | Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
<i>Ativos Circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.375.943	1.210.424
Arrecadação a receber	4	13.267	4.500
Adiantamentos às associações	5	117.136	118.414
Adiantamentos diversos	-	1.088	1.418
Despesas antecipadas	-	882	816
Total dos ativos circulantes		1.508.316	1.335.572
<i>Ativos não circulante</i>			
Bloqueios judiciais	6	264	206
Depósitos judiciais	18	1.690	1.721
Direitos a receber	7	24.377	24.362
Aplicações financeiras	8	68.825	68.404
Despesas antecipadas	-	88	147
Imobilizado	9	17.642	21.324
Intangível	10	21.774	19.021
Total dos ativos não circulantes		134.660	135.185
Total dos ativos		1.642.976	1.470.757

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		5.532	3.031
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	11	6.524	2.920
Direitos arrecadados a classificar	12	45.800	28.427
Percentual societário de arrecadação	13	40.159	30.469
Direitos arrecadados a distribuir	14	1.392.887	1.227.093
Receitas financeiras a distribuir	15	130.512	100.455
Provisão para férias e encargos	16	7.476	6.176
Arrendamento mercantil	17	1.413	1.836
Participação dos empregados nos resultados	2.2 (m)	100	4.320
Outras obrigações	-	1.435	3.003
Total dos passivos circulantes		1.631.838	1.407.730
<i>Passivos não circulantes</i>			
Adiantamentos	-	28	56
Arrendamento mercantil	17	6.655	8.264
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	18	26.660	27.200
Total dos passivos não circulantes		33.343	35.520
Patrimônio social	19	58	58
Superávits acumulados	-	-22.263	27.449
Total do patrimônio líquido		-22.205	27.507
Total do passivo e patrimônio líquido		1.642.976	1.470.757

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 | Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita			
Percentual de administração – Arrecadação	20	145.087	127.420
Percentual de administração – Financeiro	20	14.917	13.693
Receitas operacionais		160.004	141.113
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	21	(98.824)	(82.061)
Despesas administrativas	22	(89.508)	(39.038)
Despesas tributárias	23	(3.097)	(2.731)
Despesas financeiras	24	(4.033)	(4.017)
Constituição de provisões para perdas	25	(1.977)	(11.302)
Outras despesas operacionais	26	(12.279)	(824)
Despesas operacionais		(209.718)	(139.973)
Déficit/superávit do exercício		(49.712)	1.140

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | Valores expressos em milhares de reais

	Patrimônio Social	Superávits Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	58	26.309	26.367
Superávit do exercício	-	1.140	1.140
Saldos em 31 de dezembro de 2022	58	27.449	27.507
Déficit do exercício	-	(49.712)	(49.712)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	58	(22.263)	(22.205)

Demonstração dos fluxos de caixa

método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | Valores expressos em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades de investimento	2023	2022
Superávit do exercício	(49.712)	1.140
Ajustes em:		
Custo de ativo imobilizado baixado	42	40
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.976	11.302
Depreciação/amortização do imobilizado	4.907	4.818
Amortização do intangível	9.012	6.157
Juros de arrendamento	964	1.049
Variação no capital circulante:		
(Aumento) arrecadação a receber	(8.767)	(18)
Redução (aumento) adiantamento a associações	1.278	(18.721)
Redução/(aumento) adiantamentos diversos	330	(492)
(Aumento) despesas do exercício seguinte	(66)	(21)
(Aumento)/redução depósitos judiciais e bloqueios judiciais	(27)	02
(Aumento) direitos a receber	(15)	(10.035)
Redução/(aumento) Despesas antecipadas	59	(147)
Aumento fornecedores	2.501	622
Aumento impostos, taxas e contribuições a pagar	3.604	211
Aumento direitos arrecadados a classificar	17.373	24.571
Aumento percentual societário - arrecadação	9.690	6.169
Aumento direitos arrecadados a distribuir	165.794	128.408
Aumento receita financeira distribuir	30.057	10.673
Aumento provisão férias e encargos	1.300	1.307
(Redução)/aumento da participação nos resultados	(4.220)	910
(Redução) outros passivos	(1.568)	(4.159)
Pagamento de processos	(2.517)	(22.256)
(Redução) adiantamentos	(28)	(28)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	181.967	141.802

Fluxo de caixa das atividades de investimento	2023	2022
Pagamentos na aquisição de imobilizado	(1.268)	(4.797)
Pagamentos relacionados a ativos intangíveis	(11.765)	(11.573)
Pagamentos de arrendamento	(2.994)	(2.915)
(Aumento) de aplicações financeiras	(421)	(60.436)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(16.448)	(79.721)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	165.519	62.081
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.210.424	1.148.343
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.375.943	1.210.424



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad é uma associação civil, de natureza privada, sem fins lucrativos de caráter privado, isenta de imposto de renda retido na fonte exceto pelas aplicações financeiras, da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, constituída por sociedade de direito de autor e dos que lhe são conexos, criada pela Lei Federal 5.988/73 e mantida pela Lei de Direitos Autorais brasileira 9.610/88, atualizada pela nova Lei 12.853/13.

Seu objetivo principal é a arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e distribuição dos direitos autorais sobre as execuções musicais, ou litero-musicais e de fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o integram, conforme a seguir elencadas:

- **ABRAMUS** - Associação Brasileira de Música e Artes
- **AMAR** - Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes
- **ASSIM** - Associação de Intérpretes e Músicos
- **SBACEM** - Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música
- **SICAM** - Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais
- **SOCINPRO** - Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais
- **UBC** - União Brasileira de Compositores

Do total arrecadado em território nacional, 85,00% destinaram-se aos detentores dos direitos autorais / conexos, 5,00% às associações até março/2022 passando a 6% de abril em diante e 10,00% referiram-se ao percentual de administração do Ecad até o mês de março/2022 e 9,00% de abril em diante. Em ambos os períodos, os percentuais destinados aos detentores dos direitos autorais atendem ao artigo 99, parágrafo 4º da Lei 12.853/13.

Apenas os valores arrecadados correspondentes aos Direitos Autorais recebidos de Associações Nacionais, cujo montante é proveniente do exterior e os valores arrecadados relativos ao segmento Web, receberam percentual de administração diferenciado deliberado pela Assembleia Geral na ata 458 de 24 de maio de 2016, conforme segue:

- Direitos autorais recebidos de Associações Nacionais, provenientes do exterior, destinou-se 90,00% aos detentores de direitos autorais/conexos, 5,00% às associações até março/2022 e 6,00% de abril em diante e 5,00% ao percentual de administração do Ecad até março/2022 e 4,00% de abril em diante;
- Direitos autorais relativos ao segmento Web, destinou-se 87,25% aos detentores de direitos autorais/conexos, 4,25% às associações até março/2022 e 5,25% de abril em diante e 8,5% ao percentual de administração do Ecad até março/2022 e 7,5% de abril em diante.

Os valores arrecadados, enquanto não distribuídos, são aplicados pela Entidade no mercado financeiro e a receita auferida é distribuída, de acordo com os percentuais descritos anteriormente para a Arrecadação Nacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral 2015/ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), exceto quanto:

- Pronunciamento Técnico CPC 47: Em função das características do negócio da Entidade, a receita de arrecadação é reconhecida por regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento, enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no resultado pelo regime de competência. Consequentemente, os valores representativos dos direitos arrecadados a distribuir e das receitas de percentual administrativo de arrecadação correspondem às importâncias identificadas, sobre as quais a Entidade pode exercer o efetivo controle.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A administração do Ecad, aprovou e autorizou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 25 de março de 2024.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b. Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Entidade como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c. Arrecadações a receber

Representados por valores referentes às arrecadações de final do mês, não liberados pelo Banco Bradesco, até o encerramento do exercício social. Estão registradas pelo valor de emissão.

d. Arrendamento

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Entidade os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 09. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme a nota explicativa nº 17.

e. Imobilizado

Bens móveis e imóveis, registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

f. Intangível

Sob este título estão registrados os bens relativos a aquisições de Direitos de Uso de Sistemas (softwares), Marcas e Patentes, Sistemas de Monitoramento - Cia Rádio, Cia Audiovisual e Cia Execuções ao Vivo (desenvolvidos internamente) e o Custo de mão de obra interna dedicada ao desenvolvimento de diversos projetos do Planejamento Estratégico da Entidade, demonstrados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido da amortização acumulada.

g. Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas, não excedendo seus correspondentes valores de realização.

h. Passivos circulantes e não circulantes

Estão registrados pelo seu valor estimado de realização e acrescidos, quando

aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata-die”.

i. Classificação de itens circulantes e não circulantes

Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

j. Apuração do resultado

Grande parte da receita de arrecadação é registrada pelo regime de caixa, tendo em vista que a operacionalidade normal da Entidade, para efeito do repasse aos seus respectivos titulares, reconhece somente os valores de arrecadação efetivamente recebidos.

A entidade reconhece somente a parcela própria das receitas de arrecadação e das receitas de aplicação financeira no resultado.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas e custos são reconhecidos somente quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e os valores podem ser razoavelmente mensurados.

k. Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, exercendo-as para os quais foi instituída, a Entidade possui isenção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3.000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos.

l. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

m. Participação nos resultados

A Entidade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos empregados, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no Acordo Coletivo de Trabalho. Essa provisão é liquidada substancialmente no mês de março do ano subsequente.

n. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Entidade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Entidade a partir de 1º de janeiro de 2018.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Entidade gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Entidade. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Entidade classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.”

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações contábeis.

o. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

p. Demonstração do Resultado Abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que não existem itens que deveriam ser tratados nesta demonstração.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte de Administração da Entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir destas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. No caso da Entidade o principal julgamento e estimativa contábil refere-se às provisões para riscos cíveis e trabalhistas, conforme segue:

- Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos.
- Depreciação e amortização: A Entidade revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível de vida útil definida, conforme notas explicativas nº 9 e nº 10.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Fundo fixo	9	9
Bancos conta movimento	132	404
Aplicações financeiras	1.375.802	1.210.011
Total	1.375.943	1.210.424

A composição das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

Banco / Instituição	Tipo	2023	2022
Santander	CDB	174	222
Bradesco	Capitalização	13.000	11.000
Bradesco	CDB	347.612	279.124
Bradesco	Invest Fácil	405	-
Bradesco/Reliance	Nova Era FIM - Crédito Privado IE	293.047	262.236
Bradesco	FIC - DI	275.042	247.752
Bradesco/Amazônia Capital	Fonte Boa FIM - Exclusivo	256.906	209.221
Itau/Plenni	Retomada FIC RF - Exclusivo	177.547	159.675
XP	Fundo de Investimento	614	30.511
Caixa Econômica	FI Diamante Corp RF	11.455	10.270
Total		1.375.802	1.210.011

As aplicações financeiras estão compostas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, com remuneração pós fixada e com taxas iguais ou superiores a 100% do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários, Fundos de investimentos, exclusivos e não exclusivos e, com perfil conservador e títulos de capitalização. Estão registradas ao custo histórico acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4. ARRECAÇÃO A RECEBER

Refere-se a valores pendentes em 31 de dezembro na cobrança bancária, em função de recebimento da cobrança em D+1.

A composição é a seguinte:

Banco	2023	2022
Bradesco	13.267	4.500
Total	13.267	4.500

5. ADIANTAMENTOS ÀS ASSOCIAÇÕES

De acordo com o Regulamento de Distribuição da Entidade, nos meses em que não houver distribuição trimestral, o Ecad repassará às Associações antecipações da distribuição. Os valores das antecipações serão calculados na base de 1/3 do total dos valores repassados na distribuição do trimestre imediatamente anterior, sendo descontado no repasse da distribuição trimestral subsequente.

A composição de adiantamentos concedidos às Associações pode ser demonstrada como segue:

Associação	2023	2022
ABRAMUS	36.030	38.053
AMAR	2.777	3.008
ASSIM	6.323	7.030
SBACEM	1.829	1.803
SICAM	1.948	2.408
SOCINPRO	8.903	9.749
UBC	59.326	56.363
Total	117.136	118.414

6. BLOQUEIOS JUDICIAIS

Refere-se a bloqueios judiciais em contas bancárias da Entidade decorrentes de processos judiciais em andamento.

A composição de bloqueios judiciais é a seguinte:

Banco	2023	2022
BRADESCO	195	204
SANTANDER	67	-
HSBC	2	2
Total	264	206

7. DIREITOS A RECEBER

Direitos	2023	2022
Direitos a Receber - Carnaval	20.000	20.000
Direitos a Receber - Festa Junina	4.000	4.000
Direitos a Receber - MTG	165	165
Outros	212	197
Total não circulante	24.377	24.362

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - NÃO CIRCULANTE

Do saldo de aplicações mantidas no Banco Bradesco em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possui um montante de R\$ 68.404 (R\$ 7.968 em 31 de dezembro de 2021) relativo a Carta de Fiança vinculadas a processos judiciais, contratos de locação e títulos de capitalização de 60 meses, conforme abaixo demonstrado:

Aplicações	2023	2022
Descrição	Banco Bradesco	
Processo RBM Cinemas	139	123
Processo André Sperling	-	1.615
Processo CADE	884	782
Processo G5 (*)	65.933	57.967
Contratos de locação	1.869	2.674
Título de Capitalização	-	5.243
Total	68.825	68.404

(*) Em 2022 foi contratada fiança para garantia do processo que se encontra em fase de distribuição de cumprimento provisório de sentença. Vide nota explicativa nº 18.

9. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa Anual	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2023	31/12/2022
				Líquido	Líquido
Imóveis	1,82% a 2,50%	1.373	584	788	819
Móveis e Utensílios	8,33% a 33,33%	3.926	2.583	1.343	1.711
Equipamentos de Informática (a)	20% a 50%	32.097	26.080	6.017	7.107
Aparelhos de Comunicação e Gravação	14,29% a 100%	422	347	74	61
Outras Imobilizações	11,11% a 16,67%	6	5	1	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	8.176	5.842	2.335	2.686
Direito de uso do Ativo (b)	14,28% a 50%	12.234	5.150	7.084	8.938
Total		58.234	40.591	17.642	21.324

Movimentação do imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização / Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	1,82% a 2,50%	819	-	(2)	(29)	788
Móveis e Utensílios	8,33% a 33,33%	1.711	25	(32)	(361)	1.343
Equipamentos de Informática (a)	20% a 50%	7.107	924	(7)	(2.007)	6.017
Aparelhos de Comunicação e Gravação	14,29% a 100%	61	35	(1)	(21)	74
Outras Imobilizações	11,11% a 16,67%	2	-	-	(1)	1
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.686	102	-	(453)	2.335
Direito de uso do Ativo (b)	14,28% a 50%	8.938	181	-	(2.035)	7.084
Total		21.324	1.268	(42)	(4.907)	17.642

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização / Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	1,82% a 2,50%	849	-	-	(30)	819
Móveis e Utensílios	8,33% a 33,33%	2.107	18	(40)	(374)	1.711
Equipamentos de Informática (a)	20% a 50%	4.291	4.839	-	(2.023)	7.107
Aparelhos de Comunicação e Gravação	14,29% a 100%	47	27	-	(13)	61
Outras Imobilizações	11,11% a 16,67%	2	-	-	-	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	3.160	-	-	(475)	2.686
Direito de uso do Ativo (b)	14,28% a 50%	9.186	1.656	-	(1.903)	8.938
Total		19.642	6.540	(40)	(4.818)	21.324

(a) Os equipamentos de informática são compostos de servidores, computadores, impressoras, entre outros hardwares que estão alocados nas diversas unidades organizacionais da entidade.

(b) Refere-se a arrendamento mercantil financeiro conforme nota explicativa nº 17.

10. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2023			31/12/2022	
	Taxa Anual	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas	20% a 33,33%	50.623	(43.766)	6.857	6.917
Projetos em desenvolvimento (b)	10%	8.526	-	8.526	8.305
Projetos internos - diversos (a)	10%	20.832	(14.441)	6.391	3.799
Total		79.981	(58.207)	21.774	19.021

Movimentação do Intangível:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	6.917	7.241	-	(7.301)	6.857
Projetos Diversos	10%	12.104	4.524	-	(1.711)	14.917
Total		19.021	11.765	-	(9.012)	21.774

Movimentação do Intangível:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	5.620	6.373	-	(5.076)	6.917
Projetos Diversos	10%	7.985	5.200	-	(1.081)	12.104
Total		13.605	11.573	-	(6.157)	19.021

Composto por diversos projetos desenvolvidos com mão de obra interna para atividades relacionadas as áreas de Arrecadação e Distribuição da Entidade, conforme segue:

- (a) Sistemas informatizados desenvolvidos para monitoramento das atividades em rádios e de audiovisual, concluídos em 2011 e 2015, sendo iniciada a sua amortização a partir da sua entrada em operação.
- (b) Sistema informatizado desenvolvido para monitoramento das atividades de obras musicais, com expectativa para início de suas atividades em 2023.

A taxa de amortização é calculada com base nos estudos em conjunto com a área de tecnologia responsável pelo desenvolvimento de sistemas que atribui o a vida útil dos projetos em 10 anos e das licenças de uso entre 3 e 5 anos.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2023	2022
INSS a recolher sobre salários	1.289	1.107
FGTS a recolher sobre salários	473	407
IRRF sobre salários	4.597	1.230
Outros	165	176
Total	6.524	2.920

12. DIREITOS ARRECADADOS A CLASSIFICAR

Representa o montante de arrecadação recebido, porém ainda não identificado o segmento, usuário e unidade da federação, já deduzido do percentual devido às associações (percentual societário das associações) e do percentual de administração da Entidade.

13. PERCENTUAL SOCIETÁRIO DE ARRECADAÇÃO

Representa o percentual societário sobre a arrecadação a distribuir, conforme Lei 9.610/88, atualizada pela atual Lei 12.853/2013 em fase de identificação pela Entidade, conforme abordado na nota explicativa nº 1.

14. DIREITOS ARRECADADOS A DISTRIBUIR

Representa o montante dos provisionamentos de arrecadação recebidos e identificados de acordo com as rubricas (segmentos), usuário e unidade da federação correspondentes.

Está composto de créditos retidos a distribuir de períodos passados e do provisionamento a distribuir do período corrente (arrecadação), conforme Regulamento da Distribuição.

Créditos retidos são todos aqueles que relativos às execuções musicais cujos cadastros estejam “pendentes de identificação” ou em conflito. Eles ficam retidos até que a regularização dos cadastros seja realizada.

Os créditos retidos não identificados em cinco anos (período de prescrição), contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao correspondente repasse

da distribuição, serão redistribuídos na rubrica de origem e, caso esta tenha sido extinta, em uma rubrica que venha substituí-la.

Rubrica	2023	2022
Músico Executante	41.672	39.953
Show / Eventos	147.748	96.248
Cinema	44.243	46.773
Carnaval	13.490	10.952
Rádio Am/Fm - Extra Rádio	8.469	7.304
Música Ao Vivo	23.284	20.346
Festa Junina	1.653	1.557
Movimento Tradicionalista Gaúcho - Mtg	203	155
Rádio Regionalizadas + Direitos Gerais	111.396	103.915
Internet Webcasting, Podcasting E Ambientação De Sites	2.279	2.133
Internet Youtube	163	127
Sonorização Ambiental	83.093	73.958
Show Conexo E Usuários Gerais	75.089	69.505
Simulcasting Regionalizada	6.854	6.326
Sdi / Extra De Show	1.232	1.082
Tv Por Assinatura	9.950	7.101
Casas De Festas E Diversão	40.324	35.262
Cinema - Extra	12.894	5.952
Saltur - Acordo	42	43
Internet Simulcasting Tv	582	500
Streaming De Audio E Video	373.265	303.406
Tv'S Abertas + Direitos Gerais	184.092	185.264
Total	1.392.887	1.227.093

● Músico Executante	Crédito Retido: períodos passados. Agregado as rubricas originais e de TV por Assinatura.
● Show/Eventos	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Distribuído mensalmente, com base nas informações contidas nos roteiros musicais Crédito Retido: diversos períodos.
● Cinema	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Distribuído trimestralmente para as obras audiovisuais informadas nos borderôs. Crédito Retido: ano corente e períodos passados
● Carnaval	Mensalidade/Acordo: maio a dezembro do ano corrente. Distribuído anualmente por meio de amostragem certificada pelo Ibope. Crédito Retido: Ano corrente e períodos passados
● Radio (AM/FM) - Extra Rádio	Acordo: novembro a dezembro do ano corrente. Distribuído anualmente com a verba composta pelos valores provenientes de acordos com emissoras de rádio. Crédito Retido: períodos passados a outubro do ano corrente.
● Música ao Vivo	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Distribuído trimestralmente por meio de amostragem certificada pelo Ibope. Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.
● Festa Junina	Mensalidade/Acordo: setembro a dezembro do ano corrente. Distribuído anualmente através de amostragem certificada pelo Ibope. Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.

● Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.</p> <p>Distribuído anualmente por meio de amostragem estatística.</p> <p>Crédito Retido: períodos passados a junho do ano corrente.</p>	● SDI / extra de show	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente</p> <p>Distribuído anualmente em dezembro e contemplará os titulares de direito de autor.</p> <p>Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.</p>
● Rádios Regionalizadas + Direitos gerais	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.</p> <p>Distribuído trimestralmente por meio de amostragem certificada pelo Ibope.</p> <p>Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.</p>	● TV por assinatura-sky/net/claro-acordo	<p>Agregado as rubricas originais e de TV por assinatura.</p> <p>Crédito Retido: períodos passados</p>
● Internet Demais (Web/Pod/Amb.sites)	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente</p> <p>Distribuído semestralmente por meio de amostragem estatística.</p> <p>Crédito Retido: Ano corrente e períodos passados</p>	● Casas de Festas e diversão	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente</p> <p>Distribuído trimestralmente por meio de amostragem certificada pelo Ibope.</p> <p>Crédito Retido: ano corrente e períodos passados</p>
● Internet youtube	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.</p> <p>Distribuído semestralmente por meio de amostragem estatística.</p> <p>Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.</p>	● Cinema - extra	<p>Mensalidade/Acordo: janeiro a dezembro do ano corrente</p> <p>Distribuído anualmente em março e contemplará os titulares de direitos de autor e conexos.</p> <p>Crédito Retido: períodos passados</p>
● Sonorização Ambiental/Copas da FIFA/Fan Fest/Tour da Taça/Jogos Rio 2016/ Ver da Tocha/Centros de Hospitalidade	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente</p> <p>Distribuído Trimestralmente por meio de amostragem certificada pelo Ibope.</p> <p>Crédito Retido: Ano corrente e períodos passados</p>	● Saltur - acordo	<p>liberação de retidos.</p> <p>Crédito Retido: períodos passados</p>
● Show conexo e usuários gerais	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente</p> <p>É incorporado às verbas das rubricas de rádios regionalizadas e televisão aberta, atendendo à proporção de 95% e 5% respectivamente.</p>	● Internet simulcasting tv	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente</p> <p>Será incorporado às respectivas verbas das rubricas televisão aberta.</p>
● Simulcasting Regionalizada	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.</p> <p>Distribuído trimestralmente por meio de amostragem com base nas músicas tocadas nas transmissões das rádiosweb.</p> <p>Crédito retido: ano corrente e períodos passados.</p>	● Streaming de Audio e Video	<p>Mensalidade/Acordo: diversos períodos</p> <p>Distribuído trimestralmente com base nas listas recebidas</p> <p>Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.</p>
		● TV's Abertas + Direitos Gerais	<p>Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente</p> <p>Distribuído trimestralmente. O valor arrecadado de cada emissora é distribuído para as músicas tocadas em sua programação.</p> <p>Crédito Retido: ano corrente e períodos passados</p>

15. RECEITAS FINANCEIRAS A DISTRIBUIR

Representa os rendimentos das aplicaões financeiras auferidas, a distribuir aos detentores dos direitos autorais e às associaões, quando ocorrem os repasses.

16. PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2023	2022
Provisão para férias	5.551	4.588
Encargos sobre férias	1.924	1.588
	7.476	6.176

Calculada de acordo com o período aquisitivo de cada empregado, acrescidos dos encargos sociais.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Entidade possui contratos de locação de imóveis utilizados em suas operações, cujos prazos de locação variam entre 2 e 8 anos.

Movimentação do passivo de arrendamento:

Descrição	2023	2022
Adoção inicial CPC 06 (R2)	10.100	10.223
Encargos de ajuste ao valor presente	964	1.049
Pagamentos realizados no ano	(2.994)	(2.915)
Remensuraões	(2)	1.743
Passivo de Arrendamento	8.068	10.100

Compromissos futuros:

Descrição	2023	2022
2022	-	-
2023	-	2.161
2024	1.932	1.932
2025	1.690	1.690
2026	1.436	1.436
2027	1.436	1.436
2028	1.436	1.436
2029	1.436	1.436
2030	358	358
Encargos de ajuste ao valor presente	(1.656)	(3.435)
Passivo de Arrendamento	8.068	10.100
Circulante	1.413	1.836
Não circulante	6.655	8.264

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Composição dos saldos e movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis		
Tributárias (a)	200	200
Trabalhistas (b)	470	1.624
Cíveis (c)	25.990	25.376
Total	26.660	27.200

	2023	2022
Saldo inicial	27.200	38.154
Provisão/reversão	1.977	11.302
Pagamentos	(2.517)	(22.256)
Total	26.660	27.200

	2023	2022
Depósitos judiciais		
Depósitos Judiciais Titulares	10	34
Depósitos Judiciais Trabalhistas	156	156
Depósitos Judiciais Tributários	1.525	1.531
Total	1.690	1.721

a. Tributárias

O saldo relativo às ações de natureza tributária é referente ao processo proposto pela União contra esta Entidade através de auto de infração, avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

b. Trabalhistas

O saldo relativo às ações de natureza trabalhista é referente aos processos propostos por empregados e terceirizados, versando sobre verbas de cunho salarial, deduzido dos respectivos depósitos judiciais avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

c. Cíveis

O saldo relativo às ações cíveis é referente aos processos relativos a indenizações por danos morais e materiais, movidos por terceiros, avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

d. Perdas possíveis

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos da Entidade, com probabilidade

de perda possível não foram provisionados, mas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, devem ser divulgados.

Com base no parecer dos assessores jurídicos da Entidade, os processos são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Trabalhistas	2.647	6.496
Tributárias	1.260	17.683
Cíveis	7.480	47.391
Total	11.387	71.570

Dentre as ações com probabilidade de perda possível, destacamos de acordo com a sua relevância:

- O processo trabalhista nº 0000853-50.2012.5.01.0029, tendo como natureza reivindicação de honorários. No momento o processo se encontra em fase recursal, aguardando julgamento. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado da causa é da ordem de R\$ 958.
- A Execução Fiscal nº 5031785-51.2022.4.02.5101, tendo como parte adversa a Fazenda Nacional, sendo o objeto a exigência de pagamento de créditos tributários. Em 31 de dezembro de 2023, o processo estimando em R\$ 1.122 encontra-se suspenso.

De acordo com o parecer de nossos consultores jurídicos, apesar de a possibilidade de perda ser possível, eventual decisão administrativa que seja proferida no referido processo e convalide a exigência fiscal, poderá ser utilizada pela fiscalização para lavrar novos autos de infração de períodos posteriores, desde que seja observado prazo decadencial de 05 anos e seja expedido Ato Declaratório Executivo, que revogue a isenção e demais benefícios fiscais.

e. Ativo contingente

A Entidade é autora em diversos processos de natureza cível visando o recebimento dos direitos autorais sobre as execuções musicais, e de acordo

com parecer de nossos consultores jurídicos possuem possibilidade de êxito, porém não registrado conforme determinada o CPC 25.

Em 31 de dezembro de 2023, os processos com expectativa de êxito futuro estimado em R\$ 681.741.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da Entidade no montante de R\$ 58 (R\$ 58 em 2022) é compreendido por doações das Sociedades fundadoras.

O resultado do exercício de 2023 foi afetado principalmente pelo pagamento de acordo judicial trabalhista que foi quitado ao longo do exercício, resultando em um déficit de R\$ 49.712.

Este fato fez com que o Patrimônio Líquido desta entidade sofresse redução significativa acarretando que ele se apresente negativo (passivo a descoberto) no exercício de 2023.

A administração do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição está elaborando planos de curto e médio prazo com o objetivo de reverter esta situação.

20. RECEITA OPERACIONAL

	2023	2022
Receitas de Arrecadação		
Percentual de administração - Arrecadação nacional	136.175	121.617
Percentual de administração - Arrecadação nacional Web	8.848	5.760
Percentual de administração - Arrecadação estrangeira	64	43
Total	145.087	127.420

	2023	2022
Receita financeira		
Percentual de administração - financeiro	14.917	13.693

21. DESPESAS COM PESSOAL

	2023	2022
Pessoal	65.878	51.583
Participação dos empregados nos resultados (*)	-	4.245
Férias e 13º salário	7.893	6.550
Estagiários	256	7
Assistência médica	7.626	5.162
Encargo trabalhista (FGTS / PIS)	4.420	3.639
Contribuição previdenciária	12.751	10.875
Total	98.824	82.061

(*) Vide nota explicativa 2.2. (m).

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de terceiros, consultorias e assessorias	17.896	13.340
Viagens e deslocamento	958	533
Materiais de manutenção	234	720
Comunicação e publicidade	416	59
Conservação e manutenção	4.200	5.353
Locações diversas	1.284	1.452
Comunicações / telefones	892	1.187
Treinamentos	701	686
Despesas legais e judiciais	58.883	3.045
Condomínio e energia	1.203	916
Outras despesas administrativas	2.841	11.747
Total	89.508	39.038

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2023	2022
IR sobre as aplicações financeiras	2.415	2.261
IPTU	354	346
Contribuição sindical patronal	90	87
Taxas e licenças	238	36
Total	3.097	2.731

24. DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Cobrança escritural (*)	941	969
Comissão sobre fiança	1.714	1.647
Juros e multas	4	88
Juros sobre arrendamento	964	1.049
Despesas bancárias	27	27
Imposto sobre operação de câmbio	263	190
Outras despesas financeiras	120	47
Total	4.033	4.017

(*) Boletos bancários emitidos para usuários de música quitarem direitos autorais de execução pública musical.

25. CONSTITUIÇÃO PROVISÕES RISCOS JUDICIAIS

	2023	2022
Trabalhistas	42	263
Cíveis / Autorais	1.935	11.039
Total	1.977	11.302

26. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2023	2022
Perdas diversas	(30)	(8)
Bens de pequeno valor não imobilizado	(91)	(224)
Baixa do ativo imobilizado	(42)	(40)
Arrendamento Mercantil	-	(69)
Receita de honorários de êxito	72	77
Recuperação de custas judiciais	1.324	1.529
Receita contrato de fidelização bancária	28	28
Amortização do intangível	(9.466)	(6.157)
Depreciação/amortização do imobilizado	(4.454)	(4.818)
Outras receitas (*)	380	8.858
Total	(12.279)	(824)

(*) Referem-se a créditos previdenciários oriundos da dedução da base de cálculo da participação dos empregados em benefícios e limitação de até 20 salários-mínimos da base de cálculo de Outras Entidades e Fundos. Após estudos tributários elaborados pelos nossos advogados externos, a Entidade decidiu compensar de maneira administrativa envolvendo a dedução de descontos realizados dos empregados a título de benefícios da base de cálculo das contribuições previdenciárias devidas sobre a folha de pagamento e da limitação de até 20 salários-mínimos da base de cálculo de Outras Entidades e Fundos. Dessa forma, a Entidade iniciou as compensações a partir da competência março de 2022, considerando os respectivos eventos de 2017 em diante

27. SEGUROS CONTRATADOS

A Entidade mantém cobertura de seguro em todo o Brasil para os bens patrimoniais, com base na apólice nº 046692022100101180001845, com vigência de 30.06.2022 a 30.06.2023 em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos registrados, com limite máximo de responsabilidade no valor total de R\$ 37.738.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas por nosso auditor independente. As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Prédios, Móveis e Utensílios, Equipamentos e Periféricos
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	11.321
Danos Elétricos	7.548
Tumultos, Greves, <i>Lockout</i> e Atos Dolosos	5.661
Incêndio (Queda de raios, explosão e queda de aeronave)	37.738
Roubo ou furto qualificado	500
Vidros	1.132
Derrame de Chuveiros Automáticos	7.170
Equipamentos Eletrônicos	8.302
Recomposição de registros e documentos	2.642
Aluguel - perda ou pagamento	1.887
Responsabilidade civil - operações	2.000
Responsabilidade Civil empregador	1.000

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

28.1. Considerações gerais

A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem

divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Entidade com destaque para disponibilidades, inclui aplicações financeiras.

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

28.2. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

28.2.1 Classificação

A Entidade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Entidade consistem em caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira.

O principal passivo financeiro da Entidade refere-se a obrigações com fornecedores.

As obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

28.2.2 Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de fornecedores se aproxima de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e suas respectivas classificações são os seguintes:

Descrição	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e bancos	-	141	141
Aplicações financeiras	1.375.802	-	1.375.802
Aplicações financeiros - Vinculadas	68.825	-	68.825
Total	1.444.627	141	1.444.768
Passivos			
Fornecedores	-	5.532	5.532
Total	-	5.532	5.532

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

28.2.3 Hierarquia do valor justo

De acordo com o CPC 46/IFRS 7, a Companhia mensura seus saldos de caixa e equivalentes de caixa pelo seu valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como Nível 1.

28.3. Gerenciamento de risco

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Entidade, destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus usuários é atenuado pela base pulverizada de usuários. A Entidade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado.

b) Risco de liquidez

A Entidade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo. Os índices de liquidez corrente e geral da Entidade em 31 de dezembro de 2023 eram 0,92 e 0,98, respectivamente. A entidade buscará reduzir alguns gastos ao longo de exercício de 2024 para reverter o CCL negativo de 0,92 apresentado em 2023.

29. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Entidade está sob a responsabilidade dos gerentes executivos das áreas, Arrecadação, Distribuição, Administrativa Financeira, Tecnologia da Informação, Recursos Humano e Superintendência, todos empregados sob regime de CLT, os quais executam o orçamento operacional da Entidade, devidamente aprovado pela Assembleia das Sociedades Dirigentes.

A remuneração paga aos gerentes executivos, por serviços de empregados, está apresentada a seguir

	2023	2021
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	9.123	8.320

Guacira Feliciano da Silva
Contador - CRC RJ-093074/O-2

Isabel Amorim
Superintendente-Executiva



ECAD

*Para
manter
a música
viva*

www.ecad.org.br

